

A língua pluricêntrica de um canhoto que vos escreve

João Costa¹

Celebramos, no dia 5 de maio, o Dia Mundial da Língua Portuguesa. Por opção política consciente, este dia foi festejado com vivas ao que esta língua representa enquanto símbolo da diversidade e do multiculturalismo. Deliciamo-nos com os sotaques, ouvimos as tonalidades, as palavras que ali não significam o mesmo que aqui ou o que dizemos aqui que não é como se diz ali.

Hoje afirmamos, com clareza, que o português é uma língua pluricêntrica. Com vários matizes, com variação facilmente perceptível e outra que, só estudando a fundo, se conhece.

Neste testemunho que me foi pedido, deixo cinco reflexões breves, alimentadas pelas minhas funções atuais e pela minha formação. Reflexões em que os planos político e académico se misturam, porque por vezes não há como os separar.

1. A diversidade é normal.

As línguas naturais são mais parecidas do que diferentes. Os padrões de organização das palavras em frases, das partes dos sons em fonemas, das pequenas partes que se organizam para construir palavras diferentes, são bastante uniformes. A variação está mais em aspetos superficiais da língua. A sua base biológica e cognitiva é universal.

A variação linguística compara-se à variação entre rostos humanos. Podem assumir inúmeras formas, mas todos reconhecemos que características formais tem qualquer um – onde ficam o nariz, as orelhas, a boca e os olhos. Até a generalidade dos cubistas não se desviou muito destas características. Agora imagine-se que os rostos eram todos iguais, uniformes, sem variação. Que desinteressantes que seríamos. Assim é com as línguas, a partir de uma matriz biológica comum, que explica possíveis e impossíveis, as línguas desenvolveram-se ao longo da história, com características próprias e subtilidades nas diferenças de que muitas vezes não nos apercebemos.

A ideia de que alguma língua no mundo não apresenta variação não passa de um mito. Basta pensar em cada um de nós, enquanto falantes e pensar nos registos que usamos em diferentes contextos. Usamos a mesma entoação, as mesmas palavras quando falamos com um bebé ou quando falamos num contexto formal? Claro que não. Adequamos o registo ao contexto.

A variação existe entre territórios, por vezes que distam pouco entre si. No concelho onde moro, Palmela, as vogais são pronunciadas de forma diferente em duas freguesias contíguas. Marcas de uma aldeia que se orgulha das suas vogais e de crianças que na escola escrevem poemas em que “meu” rima com “céu.” Há diferenças que todos notamos, porque são muito salientes ao ouvido. Outras há de que temos menos consciência. A existência de fenómenos bem estudados em espanhol, como o “dequeísmo” ou a variação

¹ Secretário de Estado Adjunto e da Educação

P

entre territórios na flexão verbal são menos reconhecidos e, por isso, passam o crivo da intolerância linguística.

2. A norma é uma convenção, para incluir, não para excluir.

A norma linguística é uma convenção e não passa disso. Funda-se na tradição e uso da língua por alguns que se convencionou tomar como referência. Fala-se da “língua de Camões”, desconhecendo-se que o português de hoje é já muito diferente daquele em que Camões falava e escrevia ou até que, logo no primeiro verso, a edição original tem uma vírgula e um símbolo que representa a conjunção: “As armas, & os barões...”.

A existência de uma convenção tácita sobre o uso da língua, que é considerado correto, em diferentes contextos, decorre dos processos normais (e em muitos casos desejáveis) de standardização das línguas. A democratização dos sistemas educativos, o acesso de todos a imprensa livre e em diferentes formatos, entre tantas outras dimensões. Nesta perspetiva, ensinar a norma padrão é um instrumento para garantir mais direitos a mais cidadãos.

Nesta perspetiva inclusiva, não nos faltam os argumentos para perceber que o uso do registo padrão é um fator de promoção de cidadania. O cidadão que pretende escrever uma reclamação, que precisa de explicar sintomas ao seu médico, que quer argumentar ou ter um bom desempenho numa entrevista profissional, tem as suas probabilidades de ser bem-sucedido aumentadas através do uso convencionado na língua. Este, goste-se ou não, é um dos aspetos do uso social da língua, que não deve ser posto de parte sem mais, na medida em que, sem se dar por isso, pode estar-se a desproteger ainda mais aqueles que precisam de instrumentos de mobilidade social. Muito mal comparado, dizer a alguém para falar e escrever simplesmente de acordo com aquilo que traz consigo seria como dizer a uma criança que olhasse para o sol e decidisse sozinha quem anda à volta de quem, ou para a linha do horizonte e se limitasse a continuar a acreditar que se cai.

O facto de reconhecer esta dimensão não implica nem legitima que a norma seja um fator de exclusão social. O preconceito linguístico tem várias faces. Existe quando se julga alguém pelo sotaque. Existe quando não ouvimos pivôs de telejornal com a monotongação do Alentejo ou com as fricativas beirãs. Existe quando, em vez de reconhecermos a normalidade da diferença, a usamos para pôr de parte, escarnecer ou para nos acharmos detentores de um mérito ou valor que não passam de um lugar de nascimento e de uma posição de articulação da língua, dos dentes e de outras partes do aparelho fonador. Todas estas existências são opções.

3. A variedade não existe só noutros lugares.

Por alguma razão que me escapa ou prefiro não explicitar, há quem pense que há o português (o verdadeiro e único) e as variedades faladas no Brasil, em Timor ou nos PALOP. É uma espécie de “nós vs. eles” em modo linguístico. Haverá, assim, uns nós que falamos como nós e uns eles que deviam falar como nós. Acontece que a diversidade também faz parte de nós. Vivemos no país onde convivem gerúndios com infinitivos, onde as formas de tratamento são diferentes, onde os pronomes podem ser omissos ou não ser. Convivemos com a nossa diversidade, sem percebermos que a dos outros é tão boa como a nossa.

Como falantes, dominamos diferentes registos, diferentes dialetos, diferentes marcas de onde crescemos, daqueles com quem crescemos. Há diferenças tão grandes entre variantes dentro de Portugal quanto as que existem entre as variedades portuguesas e as faladas noutras continentes.

4. A aceitação da diferença depende dos graus de consciência.

Talvez todos os falantes de português em Portugal tenham noção de que a palavra “gente” tem várias pronúncias distintas nos diferentes países em que o português é falado. Talvez não haja tanta noção de que as diferenças não se ficam pelo que percebemos nos sons ou na escolha das palavras.

Há diferenças tão subtis – e por isso tão maravilhosas – de que nem nos damos conta. A omissão de pronomes chega ao ponto de termos frases idênticas com interpretações distintas. Tomemos como exemplo a seguinte frase: *A médica anunciou à enfermeira que está grávida*. Na variante portuguesa, esta frase é ambígua. Tanto a médica como a enfermeira podem ser o sujeito de “está grávida”. Já em variantes brasileiras, só a médica pode ser o sujeito. A única forma de se poder interpretar que é a enfermeira que está grávida é através do uso do pronome: *A médica anunciou à enfermeira que ela está grávida*. Ainda que subtil, estamos perante um pormenor que condiciona a própria interpretação de frases em que nada está dito ou escrito de forma diferente. Na verdade, trata-se da interpretação diferenciada de um sujeito que é omissos!

Trago este exemplo – e poderiam ser tantos outros – porque quero evidenciar o quanto desconhecemos sobre a variação linguística e como nos ofuscamos por vezes com o que achamos que sabemos.

Já ouvi, até infelizmente em ambientes académicos, comentários que imputam limitações cognitivas ou outras ao facto de, em algumas variedades do português, a flexão verbal permitir estruturas como “Nós foi...”. Sem referir nomes, até o ouvi de quem defende que só é cientificamente aceitável escrever em inglês, esquecendo-se de que nessa língua a forma verbal em “we went” é igual à que é usada em “he went”. O mesmo acontece em francês, onde apesar de grafias diferentes, toda a flexão no singular é idêntica na pronúncia. E até acontece no português considerado bem falado quando dizemos “vocês vão”, juntando o pronome que é de segunda pessoa com a flexão de terceira pessoa.

Faz falta conhecer, para erradicar o juízo infundado.

5. A variedade vai à escola.

Nas últimas décadas, assistimos em Portugal, felizmente, a uma população cada vez mais diversa nas escolas. São muitas as escolas em que convivem mais de vinte ou trinta línguas maternas. Num país tão monolinguê como fomos (ou achávamos que éramos), esta novidade traz a consciência da naturalidade da diferença e traz desafios específicos, tanto para garantir que todos têm lugar na escola, os que cresceram a falar português europeu, os que não têm o português como língua materna ou os que falam outra variante.

Eu não gostaria de visitar um país, abrir a boca e falar português, língua que desenvolvi e estudei, e ter como respostas: “não fala bem”, “não fala português, fala lusitano”, “não é assim que se diz.” Ia sentir-me de imediato excluído, sem poder fazer muito por mim. Simplesmente porque me dizem que a minha língua não é, afinal, a que eu achava que falava.

P

Os sistemas educativos têm uma característica própria. É o único contexto em que um desvio linguístico é crime. Não está no código penal, mas está nos critérios de correção de trabalhos, exames e outras provas. Por ser crime, precisa de ser sempre revisitado e questionado para ver se o é de facto. Afinal, também já houve tantas expressões de liberdade que foram crime e deixaram de ser em 1974 e nos anos que se lhe seguiram.

Isto significa, antes que seja mal interpretado, que – na competência que a escola tem de ensinar a norma portuguesa – não podemos fazer de conta que a diversidade não existe ou que não está lá, na aula concreta e no aluno concreto. Não defendo que os erros não se corrijam, como é óbvio. Mas isso não se faz sem o desenvolvimento de uma consciência de que nem sempre o erro é o que julgamos.

As orientações curriculares do nosso sistema educativo, alicerçadas por iniciativas como a Rede de Bibliotecas Escolares, o Plano Nacional de Leitura e, mais recentemente, o Plano Nacional das Artes, são explícitas quanto ao reconhecimento do carácter pluricêntrico da língua portuguesa. Prevê-se o estudo e reconhecimento da diversidade. Para isso, é preciso conhecê-la e integrá-la em práticas. As mesmas orientações curriculares e materiais de apoio produzidos pelo Ministério da Educação estimulam e preconizam o trabalho sobre a consciência linguística, a manipulação dos sons, a escolha consciente das palavras, o olhar para as características de algumas estruturas em particular. A diversidade é, pois, um instrumento de trabalho precioso para tornar todos os alunos, falantes de todas as variantes, conscientes e por isso mais capazes de um uso planeado da língua portuguesa, conseguindo aceder a recursos linguísticos adequados a diferentes contextos e formatos.

Na prática, isto implica uma didática da língua em que a diferença não é um recurso para a penalização, mais sim para o trabalho sobre a língua e sobre o seu uso. Tem consequências mais amplas e que nem sempre foram suficientemente exploradas. Obriga a um olhar renovado sobre critérios e avaliação. Obriga a um repensar sobre o papel de algumas normas dentro da norma, sem dogmatismos nem preconceitos, ou visões cegas sobre o papel da standardização. Carece de uma reflexão consciente dentro da comunidade dos países de língua portuguesa. Interpela os académicos que investigam e formam professores.

No dia 5 de maio, associamos - e bem! – o Dia Mundial da Língua Portuguesa à diversidade. Continuemos a fazê-lo no resto dos dias.

Hoje eu sei dizer que, se tivesse nascido uns anos antes, teria levado palmadas para não escrever com a mão esquerda. Aos dez anos, ainda ouvi uma senhora dizer-me que eu era deficiente porque era canhoto. Afinal, os esquerdinos eram apenas diferentes da norma. Afinal, há apenas afastamentos da norma que só o são enquanto os convencionarmos como tal.